

A EAD não é apenas uma modalidade de ensino. Trata-se de um mecanismo que amplia os horizontes do processo de aprendizagem, dadas as suas potencialidades em termos de acessibilidade, interatividade e colaboração. Não obstante as facilidades provenientes das tecnologias da informação e comunicação que a subjazem, outros eixos de discussão e de avaliação devem ser consideradas para dimensionar a efetividade e o poder de alcance da EAD. No tocante ao aprendizado do aluno, este é o ponto nevrálgico de qualquer plataforma de ensino. Todavia, a EAD não se restringe ao aspecto educacional, seus benefícios alcançam um espectro mais amplo e diversificado: instrumentaliza os agentes de transformação social e político, proporciona ambientes de colaboração corporativo virtuais, viabiliza a prospecção de ideias e análise decisória colegiada e etc. Ir adiante na avaliação da EAD exige, no mínimo, considerar as várias facetas que compreendem o seu modelo de desenvolvimento, a saber: tecnológico, social, político, pedagógico, cultural e institucional. É com base nesse prólogo que se pretende discorrer sobre a ascensão da EAD para além da sua condição de existência atual. Senão vejamos, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB, Lei 9.394/96) da Educação Nacional preconiza no seu Artigo 21 a plenitude da educação, tendo como requisitos o cumprimento da educação básica e da educação superior. Não obstante os dezenove anos transcorridos desde então, é possível assegurar a plenitude da educação na formação de um indivíduo no Brasil, dadas as configurações de nosso sistema educacional? E que tal pensarmos um novo cenário, com novos princípios e novas abordagens para um novo modelo de desenvolvimento da educação no Brasil, onde a EAD se manifesta como um ponto de inflexão na história recente da educação brasileira que, entre indas e vindas, apresenta-se por ondas e modismos. Os fatos históricos permitem elucidar elementos estruturantes do processo de desenvolvimento da educação no Brasil. Os principais marcos revelam um histórico de evolução fortemente orientado aos aspectos sócio-econômicos e culturais de cada época. O processo de colonização inaugura a primeira fase, tendo os Padres Jesuítas à frente de um modelo de alfabetização que privilegiava os interesses do colonizador e da própria Igreja. Com o passar do tempo e a chegada do Império e da Primeira República, entremeados pelas Revoluções Francesa e Industrial, uma nova concepção de educação foi se instalando no país, tendo como mote a formação de operários e trabalhadores para a sustentação do modelo industrial prevalente em cada época. Já no século XX, com as novas tecnologias e abordagens metodológicas, percebe-se uma tendência de aparelhamento por parte do Estado, trazendo uma configuração mais americanizada da educação, cujo propósito de desenvolvimento está ligado com a nova ordem econômica, que culminou com o capitalismo globalizado do final do Século XX. Nesse ponto, emerge as novas modalidades de educação, incluindo a EAD, viabilizadas pela Constituição Federal de 1988 e pela LDB de 1996.

Eliomar Araújo de Lima